

Caro/a vereador/a

Iniciamos 2022 batendo recordes no orçamento da cidade em relação à sua previsão, ao dinheiro em caixa sem utilização e ao menor índice de despesa com pessoal desde o início da Lei de Responsabilidade Fiscal, há 20 anos. Mesmo período em que tivemos reajustes anuais de 0,01 a 0,1%, punindo especialmente os aposentados.

Nessa conjuntura, organizamos uma Campanha Salarial Unificada no Fórum de Entidades, reivindicando reajuste linear de 46% (perdas salariais entre maio de 2015 e fevereiro de 2022), mesmo índice de reajuste com o qual o prefeito e seus secretários passaram a contar a partir de janeiro.

Estamos buscando diálogo com a Prefeitura desde fevereiro, com pressão nas ruas. Forçamos o governo a apresentar, de forma inédita, propostas que afetam cerca de 90% dos ativos e 80% dos aposentados simultaneamente.

No entanto, sem a linearidade da revisão geral anual pleiteada, o Projeto de Lei 428/22 traz muita injustiça e desigualdade entre iniciantes e experientes, entre as faixas salariais e os níveis de formação, entre as carreiras e entre quadros da mesma carreira, e, é óbvio, entre aposentados e ativos.

Apesar de alguns pisos nacionais estarem sendo respeitados, em outras carreiras, o piso não está sendo levado em consideração, como no caso dos Agentes de Endemia e trabalhadores da Enfermagem. O projeto como está hoje, propõe 20% a menos aos Agentes de Endemias, mesmo com o dinheiro federal, proveniente do Ministério da Saúde, já recebido em caixa após a aprovação da Emenda Constitucional, que majorou o valor para dois salários-mínimos.

Os achatamentos em várias carreiras que valorizam os inícios, mas propõem ao final das tabelas percentuais entre 0,1% e 5%, pretendem excluir de reajustes, especialmente os aposentados. A todos os quadros da saúde e da educação, os reajustes médios são inferiores a 14%, o que significa não recompor sequer a inflação dos últimos doze meses para a maioria e muito menos, repor os descontos estendidos aos aposentados por esse governo, no confisco de nossas aposentadorias em até 14%. Os profissionais que foram aplaudidos como heróis nas janelas e varandas por aqueles que puderam ficar em casa na pandemia são tratados com desvalorização pelo prefeito.

O governo pretendia destruir a carreira do magistério e acabar com a valori-

zação por tempo de uma das melhores, se não a melhor, estrutura de carreira do país. Recuou da iniciativa após denunciarmos junto às entidades do Fórum a apresentação feita para a base de vereadores aliada sem discutir com as entidades. Mas, no PL 428/22, querem que as carreiras em subsídio atuais percam a progressão exclusivamente por tempo a cada 18 meses, que negociamos em 2014, tendo como referência a carreira da educação. Esse retrocesso precisa ser imediatamente retirado do PL.

A extinção de cargos do projeto demonstra a intenção de privatizar e de acabar com determinadas políticas públicas para a população. E, ainda mais, acabar com concursos públicos e prosseguir o desfalque em nossa previdência, para amanhã apresentar novo projeto, punindo aos servidores, e principalmente, aos aposentados.

O que esse governo chama de modernização, é o que há de mais atrasado no mundo. Era moderno nos anos de 1980 no Reino Unido de Margareth Thatcher e nos EUA de Ronald Reagan. Hoje, a Europa reverte os estragos das privatizações, estatizando, e Biden pro-

move o maior pacote de gastos públicos da história dos Estados Unidos, em um gigantesco plano de investimentos e programas sociais para reverterem os estragos do neoliberalismo.

O modelo arcaico de gestão do governo Nunes também se destaca pela incapacidade de diálogo. Somente às vésperas do Projeto ser enviado à Câmara, é que chamaram reuniões segmentadas por carreiras com as entidades, de duração de uma a duas horas, não para apresentarem o Projeto, mas folhas de sulfite com tabelas incompletas de alguns quadros.

O PL enviado à Câmara sequer apresentava a retroatividade a 1º de maio, nossa data legal de dissídio. Chamaram o projeto de “medidas de valorização”. Querem valorizar o servidor? Permitam que nós sejamos ouvidos, de verdade.

Esperamos que a audiência ocorrida no dia 02 de agosto e a mobilização iniciada forcem a uma verdadeira escuta, o que não é prática deste governo. Somente os senhores vereadores podem mudar esse curso absurdo, para promover uma interlocução que não seja uma farsa.